



/youreurope

INTRODUÇÃO

Sabia que, se é cidadão da UE, tem o **direito** de **viver, trabalhar e estudar** noutro país da UE? E sabia que, todos os anos, milhares de pessoas aproveitam esta oportunidade?

Estes são alguns dos seus **direitos fundamentais na UE**. Esta brochura destina-se a dar-lhos a conhecer.

Mas o que fazer relativamente aos aspectos práticos de uma mudança para outro país da UE? O que fazer com o automóvel, a carta de condução e a segurança social? Como vai gerir o seu dinheiro?

Esta brochura também trata de outros aspectos igualmente importantes, tais como os **muitos direitos práticos** que lhe assistem e que facilitam, tanto quanto possível, a mudança para outro país da UE.

Vamos então debruçar-nos sobre os direitos que lhe assistem quando se trata de:

- chegar;
- viver;
- trabalhar;
- estudar.

Também nos debruçaremos sobre:

- direitos do consumidor e gestão de dinheiro na UE;
- como fazer valer os seus direitos;
- onde obter informações e conselhos complementares.

Lembre-se de que, aqui, apenas apresentamos uma panorâmica dos seus direitos na UE. Para obter informações mais pormenorizadas e fichas sobre como funcionam as coisas em cada um dos países da UE, consulte o sítio web **A vossa Europa**

<http://europa.eu.int/youreurope>

CHEGAR

Direitos fundamentais	<p>Se é cidadão da UE, tem o direito de entrar em qualquer país da UE sem ter que cumprir formalidades especiais. Basta-lhe um bilhete de identidade ou um passaporte válidos.</p> <p>A validade do seu documento de identificação pode ser controlada, mas não lhe podem ser feitas perguntas sobre os objectivos e a duração da sua viagem.</p> <p>O direito de viajar só pode ser restringido por motivos de ordem pública, segurança pública ou saúde pública.</p>
A família	<p>Os membros da família, qualquer que seja a sua nacionalidade, têm o direito de o acompanhar. Em função da nacionalidade, os nacionais de países terceiros podem precisar de um visto.</p>
Schengen	<p>Regra geral, não há controlos de identidade nas fronteiras internas do «espaço Schengen». Este espaço inclui os seguintes países (a partir de 1 de Maio de 2005):</p> <p>Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Suécia, Islândia e Noruega.</p>
Viajar de avião	<p>Se o embarque for recusado, o voo cancelado, os atrasos consideráveis ou a bagagem desaparecer, poderá ter direito a uma reparação ao abrigo da legislação da UE, podendo também apresentar uma queixa à entidade competente.</p>

Cuidados médicos	Em caso de doença ou de acidente durante uma viagem na UE, tem, tal como os membros da sua família, direito a cuidados médicos imediatos no país onde se encontrar. Para este efeito, precisa do cartão europeu de seguro de doença (ou do formulário E111 pertinente), que deverá obter no seu país, antes da partida. Isto só é válido para períodos curtos no estrangeiro.
Compras de artigos para uso pessoal	<p>Pode comprar bens e serviços para uso pessoal ao abrigo das mesmas regras fiscais aplicáveis aos cidadãos do país em que se encontrar e levá-los consigo. No entanto, esta regra não se aplica à compra de automóveis novos. Relativamente a tabaco e bebidas alcoólicas, e em determinadas circunstâncias, o consumidor poderá ter de demonstrar que se destinam efectivamente a uso pessoal. Para mais informações:</p> <p>http://europa.eu.int/comm/taxation_customs/common/travellers/within_eu/index_en.htm</p>



VIVER

Direitos fundamentais	Se é cidadão da UE, tem o direito de permanecer e de residir em qualquer país da UE.
A família	Este direito fundamental abrange os membros da família. Se não forem nacionais de um Estado-Membro da UE, o país em causa pode exigir um visto de entrada.
Direito de residência	<p>Por períodos até três meses: basta-lhe um bilhete de identidade ou passaporte válidos.</p> <p>Por períodos superiores a três meses: tem o direito de residir noutro país da UE:</p> <ul style="list-style-type: none">● se for trabalhador por conta de outrem ou por conta própria no país de acolhimento; ou● se estiver inscrito num estabelecimento privado ou público com o objectivo de prosseguir estudos, incluindo formação profissional; ou● se dispuser de recursos financeiros suficientes para si e para a sua família e de um seguro de doença que cubra todos os riscos no país de acolhimento. <p>Para mais informações, consultar o guia «Residir noutro Estado-Membro da UE» e as respectivas fichas no sítio web A vossa Europa (http://europa.eu.int/youreurope/).</p>
Veículo	<p>Se tiver um automóvel novo, não lhe podem ser impostos quaisquer controlos no novo país. Os automóveis em segunda mão poderão ser sujeitos a um controlo técnico.</p> <p>Em princípio terá de registar o seu automóvel, com uma placa de matrícula de série normal desse país, de pagar o imposto de registo automóvel, bem como taxa de circulação nesse país.</p> <p>Está dispensado do pagamento de taxas se utiliza temporariamente — ou seja, por um período que não exceda seis meses em cada 12 meses — o seu veículo num Estado-Membro diferente do que habita. Esta regra não se aplica aos «trabalhadores fronteiriços», ou seja, às pessoas que trabalham diariamente num país limítrofe.</p>

Carta de condução	A sua carta de condução permite-lhe conduzir noutro país da UE. Não obstante, o país de acolhimento pode aplicar as disposições nacionais em vigor em matéria de prazo de validade, exame médico e disposições fiscais.
Bens pessoais	Pode transferir os seus bens pessoais sem quaisquer restrições e sem pagar direitos aduaneiros nem impostos.
Impostos	<p>Para evitar a dupla tributação, é importante saber se o seu «domicílio fiscal» vai passar para o país de acolhimento, o que significa que terá de declarar a totalidade dos seus rendimentos nesse país.</p> <p>Para esse efeito, contacte as autoridades fiscais competentes tanto do seu país de origem como do país de acolhimento. Informe-se igualmente sobre as eventuais formalidades a cumprir antes da partida.</p>
Direito de voto e de elegibilidade	<p>Pode votar e candidatar-se, no país de acolhimento, nas mesmas condições que os cidadãos nacionais, nas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Eleições municipais (locais): lembre-se de que não perde automaticamente o direito de voto no seu país de origem pelo facto de votar no país de acolhimento! ● Eleições europeias: lembre-se de que tem de estar recenseado! <u>Ao votar no país de acolhimento perde automaticamente o direito de votar no seu país de origem.</u>



TRABALHAR

Direitos fundamentais	<p>Tem o direito de trabalhar e de se reformar em qualquer país da UE.</p> <p>Saiba que deve ser tratado da mesma forma que qualquer nacional desse país, não lhe podendo ser exigido que preencha condições adicionais.</p> <p>Pode candidatar-se a todas as ofertas de emprego em todos os países da UE (à excepção de certos empregos na administração pública).</p>
Restrições actuais importantes	<p>Atenção: durante um período transitório de, no máximo, sete anos, os trabalhadores de alguns dos Estados-Membros que aderiram recentemente à UE podem estar sujeitos a restrições relativas ao acesso aos mercados de trabalho dos antigos Estados-Membros (EU-15), podendo os trabalhadores da EU-15 estar sujeitos a restrições recíprocas em alguns dos novos Estados-Membros.</p> <p>Também estão previstas restrições no que respeita ao acesso dos cidadãos dos novos países da UE a prestações de desemprego num país da UE que não seja o deles.</p>
Sítio web EURES	<p>Informações relativas a oportunidades de emprego e de formação na Europa: http://europa.eu.int/eures/</p>
A família	<p>Os membros da família, qualquer que seja a sua nacionalidade, têm o direito de o acompanhar ou de, mais tarde, a si se juntarem no país em que trabalha. Os membros da família podem frequentar o ensino geral e profissional do país de acolhimento.</p>
Procura de Emprego	<p>Se está desempregado, tem o direito de permanecer num outro país da UE para aí procurar emprego durante um «período razoável», de seis meses na maioria dos casos (mas certifique-se de que assim é no país que lhe interessa). Este período pode ser prolongado.</p> <p>Saiba ainda que pode continuar a receber, durante um período máximo de três meses, as prestações de desemprego que eventualmente já recebia, desde que estejam reunidas determinadas condições. Antes de sair do país, é conveniente contactar a sua instituição de segurança social para obter informações e conselhos sobre as formalidades a cumprir e os formulários que deverá levar consigo.</p>

<p>Reco- nhecimento das qualificações profissionais</p>	<p>O mercado único da UE dá-lhe a oportunidade de exercer uma actividade profissional, como trabalhador por conta própria ou por conta de outrem, num país da UE distinto daquele onde tiver obtido as suas qualificações profissionais. A UE criou mecanismos que facilitam o reconhecimento das qualificações profissionais noutros Estados-Membros.</p> <p>Ver igualmente «Reconhecimento académico de diplomas».</p> <p>Para mais informações, queira consultar as fichas correspondentes no sítio web A vossa Europa (http://europa.eu.int/youreurope/).</p>
<p>Segurança social</p>	<p>As regras comunitárias asseguram a sua cobertura por um regime único de protecção social, bem como a preservação de todos os seus direitos (nomeadamente em matéria de reforma).</p> <p>Assim, em princípio, está seguro no país onde trabalha. Tem direito, em matéria de segurança social e de assistência social, às mesmas prestações que os nacionais do país de acolhimento, prestações que também abrangem, em determinadas circunstâncias, a sua família. Estes direitos dizem respeito às prestações por doença e maternidade (cuidados de saúde e subsídios), invalidez, velhice e sobrevivência, acidente de trabalho e doença profissional, morte e desemprego, bem como a prestações familiares. Terá também de pagar as mesmas contribuições que os cidadãos do país de acolhimento.</p> <p>Todavia, existem regras especiais para trabalhadores transfronteiriços e trabalhadores temporariamente destacados.</p>
<p>Condições de emprego</p>	<p>Está sujeito às mesmas condições que os nacionais do país em que trabalha, tanto no que se refere a remuneração, despedimento e reintegração profissional como a medidas de protecção da saúde e da segurança no local de trabalho.</p>



TRABALHAR

Direitos sindicais	Tem o direito de se filiar no sindicato da sua escolha e de exercer os seus direitos sindicais nas mesmas condições que os trabalhadores nacionais.
Trabalhadores por conta própria	Pode exercer uma actividade por conta própria noutro país da UE de forma permanente ou temporária.
Cessação da actividade profissional	<p>Se tiver trabalhado noutro país da UE, tem o direito de se reformar nesse país ou de nele permanecer se tiver sido vítima, no decurso da vida profissional, de uma incapacidade permanente para o trabalho, desde que preencha determinadas condições.</p> <p>Dispõe de um prazo de dois anos para exercer o direito de continuar a residir no país. Este direito permite-lhe beneficiar de tratamento equivalente ao que gozava quando exercia a sua actividade (em matéria de alojamento, assistência social, educação dos filhos, etc.). Este direito é extensivo aos membros da sua família residentes no país de acolhimento, mesmo após a sua morte.</p>

TRABALHAR: IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Homens e mulheres	<p>Homens e mulheres devem ser tratados de forma equitativa e ter os mesmos direitos e oportunidades no local de trabalho, em qualquer país da UE. A legislação da UE dá-lhe direito a:</p> <ul style="list-style-type: none">● remuneração igual por trabalho igual;● remuneração igual para trabalho de igual valor;● igualdade de tratamento no local de trabalho (acesso ao emprego, formação profissional, promoção, condições de trabalho);● igualdade de tratamento nos regimes de segurança social (gerais e profissionais).
Gravidez	<p>Em todos os países da UE, as mulheres têm, antes e depois do parto, os seguintes direitos:</p> <ul style="list-style-type: none">● um nível apropriado de saúde e segurança no local de trabalho;● não obrigação de exercer a sua actividade em regime nocturno durante a gravidez;● um período contínuo de licença de parto de, pelo menos, 14 semanas; esta licença deve incluir as duas semanas antes e depois do parto;● dispensas de trabalho para consultas pré-natais (quando estas consultas tenham de ser efectuadas durante o horário de trabalho);● protecção contra o despedimento por motivo de gravidez.
Pais	<p>Em todos os países da UE, os pais têm direito a:</p> <ul style="list-style-type: none">● licença parental de, pelo menos, três meses em caso de nascimento ou adopção de um filho;● dispensas de trabalho por cuidados inadiáveis à família (doença, acidentes).



ESTUDAR

Direitos fundamentais	<p>Se é cidadão da UE, tem o direito de estudar noutro país europeu.</p> <p>O estabelecimento de ensino no país da UE onde desejar estudar tem de lhe aplicar as mesmas condições de admissão que aplica aos seus nacionais, não podendo exigir-lhe, por exemplo, propinas mais elevadas.</p>
Sítio <i>web</i> PLOTEUS	Informações sobre oportunidades de aprendizagem no espaço europeu: http://europa.eu.int/ploteus/portal/home.jsp
Reconhecimento académico de diplomas	<p>Esta matéria não está regulada a nível da UE. Para mais informações, contactar a rede local dos centros nacionais de informação sobre o reconhecimento académico (NARIC) em http://europa.eu.int/comm/education/programmes/socrates/agenar_en.html</p> <p>Ver igualmente «Reconhecimento profissional».</p>
Períodos de estudo no estrangeiro	Como estudante Sócrates/Erasmus, a sua universidade de origem tem de reconhecer os períodos de estudos efectuados no estrangeiro e considerá-los como parte integrante do programa de estudos que tem previsto.
Segurança social	Deve estar coberto por um seguro de doença, a título pessoal ou na qualidade de membro da família, no país de origem ou no país onde está a estudar, em função das condições previstas na legislação nacional. A regulamentação comunitária oferece-lhe protecção, particularmente em matéria de cuidados de saúde, se preencher determinadas condições. Antes de partir, verifique junto da sua instituição de segurança social se preenche estas condições.
Investigadores	Todos os investigadores da UE têm direito a aceder à formação e à mobilidade, quer através dos dispositivos nacionais quer através dos dispositivos comunitários (bolsas, subsídios, etc.).

<p>Sítio web da investigação</p>	<p>Portal pan-europeu da mobilidade dos investigadores: http://europa.eu.int/eracareers</p>
<p>Programas comunitários</p>	<p>Centenas de milhares de estudantes e investigadores já descobriram as vantagens de estudar por longos períodos no estrangeiro, graças a alguns dos mais populares programas da UE.</p> <p>Leonardo da Vinci: colocações e intercâmbios de formação profissional.</p> <p>Sócrates: visa desenvolver a dimensão europeia na educação ao longo da vida através dos seguintes programas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Erasmus: para estudantes e professores do ensino universitário; ● Comenius: para alunos e professores do ensino básico e secundário; ● Lingua: para professores de línguas; ● Grundtvig: educação de adultos e outros percursos educativos. <p>«Juventude»: o intercâmbio juvenil proporciona experiências de aprendizagem social e cultural.</p> <p>O Serviço Voluntário Europeu (SVE) proporciona aos jovens a oportunidade de viverem noutro país por um período que pode ir até um ano e de participarem, como voluntários, em projectos locais.</p>



DIREITOS DOS CONSUMIDORES E GESTÃO DO DINHEIRO

Direitos fundamentais	<p>A existência de um mercado único europeu dá-lhe acesso a uma mais ampla gama de produtos e de serviços a preços concorrenciais.</p> <p>A legislação comunitária permite-lhe comprar, em condições claras, produtos e serviços seguros em qualquer ponto da UE.</p> <p>Estão previstas formas de combater cláusulas contratuais enganosas.</p>
Comunicação de dados pessoais	<p>Sempre que reserva um voo, se candidata a um emprego, utiliza um cartão de crédito, ou consulta a Internet, está a divulgar alguns dos seus dados pessoais.</p> <p>Nestes casos, a legislação comunitária protege-o contra a utilização abusiva e ilegal destes dados. Saiba que tem o direito de:</p> <ul style="list-style-type: none">● ser informado quando os seus dados pessoais são recolhidos ou tratados;● ter acesso aos dados que lhe dizem respeito;● conhecer as razões que justificam decisões tomadas com base em dados tratados informaticamente;● apresentar queixa à autoridade nacional de controlo.
Viagens	<p>Ver secção «Chegar». A legislação comunitária confere-lhe igualmente uma protecção especial no domínio dos circuitos organizados e do <i>timeshare</i>.</p>
IVA sobre compras	<p>Pode comprar bens e serviços para uso pessoal ao abrigo das mesmas regras fiscais que as aplicáveis aos cidadãos do país em que se encontrar e levá-los consigo. No entanto, esta regra não se aplica à compra de automóveis e há limites no que se refere ao tabaco e ao álcool.</p>
Sector dos seguros	<p>Para obter uma apólice de seguro, pode dirigir-se à companhia de seguros da sua escolha, devidamente acreditada para esse tipo de apólice em qualquer país da UE. Pode obter um seguro automóvel em qualquer companhia de seguros devidamente autorizada em qualquer país da UE.</p>

DIREITOS DOS CONSUMIDORES E GESTÃO DO DINHEIRO

<p>Serviços financeiros: litígios e reclamações</p>	<p>O mercado interno no sector dos serviços financeiros de pequeno montante proporciona aos consumidores europeus uma maior escolha de produtos financeiros.</p> <p>Todavia, pode dar-se o caso de ter problemas com uma empresa noutro país da UE. Se tal acontecer, deve, antes do mais, tentar resolver o litígio com a empresa em causa.</p> <p>Se essa tentativa não produzir resultados, talvez a FIN-NET possa ajudá-lo. A FIN-NET é a rede europeia de resolução extrajudicial de litígios no sector dos serviços financeiros, para ajudar as empresas e os consumidores a resolver os seus litígios de forma rápida e eficaz, evitando, se possível, processos judiciais, necessariamente morosos e dispendiosos.</p> <p>http://europa.eu.int/comm/internal_market/finservices-retail/finnet/index_en.htm</p>
<p>Transferir dinheiro para uma conta noutro país da UE</p>	<p>A UE tornou as transferências transfronteiriças mais rápidas, mais baratas e mais seguras.</p> <p>As transferências fazem-se agora com base no número de conta bancária internacional (IBAN) e no código identificador bancário (BIC). Ambos permitem ao seu banco processar as transferências directamente, sem qualquer procedimento manual caro e demorado.</p> <p>Os encargos decorrentes de transferências transfronteiras em euros que utilizam os padrões IBAN e BIC são os mesmos que no caso de pagamentos em euros no interior de um único país da UE, o que não significa que os pagamentos transfronteiras sejam gratuitos. Os pagamentos efectuados com cartão e os levantamentos de dinheiro estão sujeitos às mesmas regras.</p>



FAZER VALER OS SEUS DIREITOS

Direitos fundamentais	<p>Por vezes, pode deparar-se com dificuldades em exercer os direitos que lhe são conferidos pela UE e sentir que lhe foi aplicada uma decisão injusta ou incorrecta.</p> <p>Para exercer os seus direitos, e uma vez que os Estados-Membros são responsáveis pela aplicação do direito comunitário, a primeira coisa a fazer é apresentar o seu caso às entidades nacionais competentes. Poderá ter direito a uma reparação. Além disso, estão previstos procedimentos a nível comunitário.</p>
Nível nacional	<p>Queixa à entidade competente: certifique-se de que respeita os prazos estabelecidos.</p> <p>Queixa ao mediador/provedor de justiça nacional: estas entidades podem existir sob formas diferentes consoante os países.</p> <p>Intentar acções nos tribunais nacionais: conforme o país, poder-lhe-á ser concedida assistência jurídica.</p>
Nível comunitário	<p>SOLVIT: se se deparar com um problema devido a uma má aplicação das regras comunitárias por uma administração pública de outro país da UE. Consulte o sítio web <u>http://europa.eu.int/solvit/</u></p> <p>Queixa ao Provedor de Justiça Europeu: no caso de litígios com uma instituição europeia, relativos a casos de má administração, por exemplo, irregularidades ou omissões administrativas. O Provedor de Justiça Europeu não tem poder para tratar queixas relativas às administrações nacionais. Consulte o sítio http://www.euro-ombudsman.eu.int</p> <p>Petições ao Parlamento Europeu: sobre questões relacionadas com a Comunidade que lhe digam directamente respeito. A petição será tratada pela Comissão das Petições do Parlamento Europeu que, embora não tenha poderes para solucionar directamente o problema, pode exercer as pressões necessárias sobre os visados. Consulte o sítio http://www.europarl.eu.int</p> <p>Queixa à Comissão Europeia: no caso de uma queixa relativa a uma alegada infracção do direito comunitário por parte de um Estado-Membro. A Comissão analisará a sua queixa, podendo solicitar ao país em causa que modifique a sua legislação. A Comissão não pode resolver conflitos entre particulares. Consulte o sítio http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/lexcomm</p>

Sítio web: <http://europa.eu.int/youreurope>



MAIS INFORMAÇÕES, ACONSELHAMENTO E INSTRUMENTOS DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

A UE põe à sua disposição diversos serviços de informação e de aconselhamento que o ajudarão a encontrar respostas às suas perguntas e soluções para os problemas com ela relacionados. Estes serviços funcionam em sistema de «cascata», desde a informação geral sobre a UE até ao aconselhamento personalizado e à resolução de problemas, passando pelas informações práticas relativas a cada país.

Informações gerais sobre a UE	EUROPE DIRECT: a sua linha directa para a UE. Número de telefone único a partir de qualquer ponto da UE: 00 800 6 7 8 9 10 11 ou por correio electrónico através de http://europa.eu.int/europedirect/	
Informações práticas sobre direitos e oportunidades na UE	Sítio web A vossa Europa: informações práticas para viver, trabalhar, estudar e fazer negócios na União Europeia http://europa.eu.int/youreurope/	
Serviços de aconselhamento personalizados	Serviço de Orientação: aconselhamento personalizado e gratuito, prestado por consultores jurídicos, sobre os seus direitos práticos enquanto cidadão da UE http://europa.eu.int/citizensrights/signpost	
Redes de resoluções de problemas da UE	SOLVIT: assistência na correcção da má aplicação das regras comunitárias por uma administração pública de outro país da UE http://europa.eu.int/solvit/ FIN-NET: rede de resolução extrajudicial de litígios transfronteiriços no sector dos serviços financeiros http://europa.eu.int/comm/internal_market/finservices-retail/finnet/index_en.htm	



EUROPE DIRECT: 00 800 6 7 8 9 10 11

Handwriting practice paper with blue horizontal lines. A large, faint circular watermark is visible in the center. A small icon of a pencil and paper is located in the bottom left corner.



